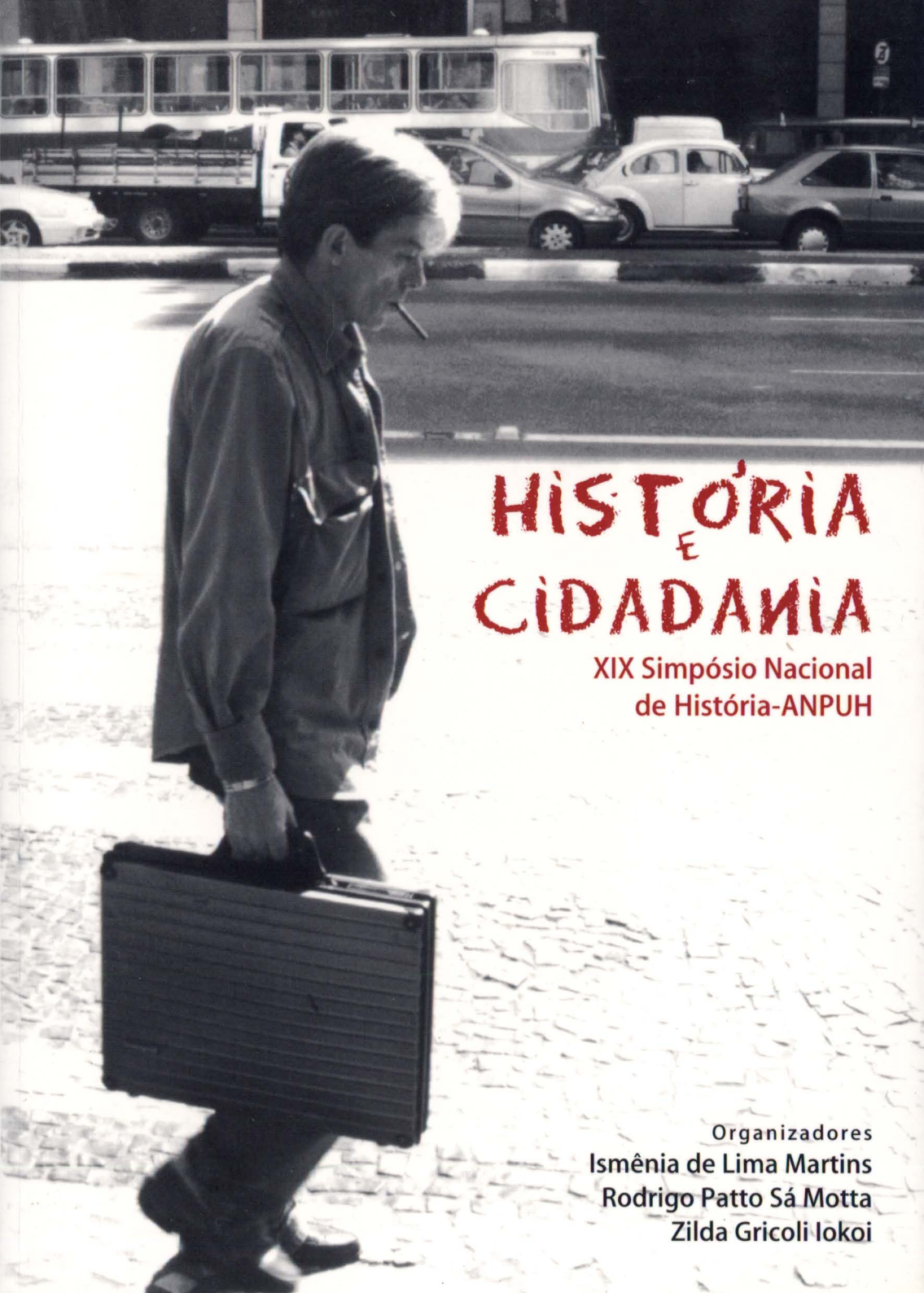




HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. II

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
#FLCH/USP

1998

O coronelismo ainda é uma questão historiográfica?

Maria de Lourdes Monaco Janotti
Universidade de São Paulo

Quantas revoluções já houve no Brasil? Uma porção, desde a proclamação da República, e ela continua de pé. (...) A base é o chefe político local, o coronel que manda seus eleitores votarem contra ou a favor de determinado candidato. (...) O coronel é o homem que comanda a política nacional, porque ele é quem elege os homens que a fazem. (...) E o coronel não é um cidadão atrasado e imbecil como se afirma. Em verdade, o coronel é o homem que resolve os casos sem solução. (...) Todo mundo pensa que o sujeito vai para o 'curral eleitoral' à força. Não, ele vai porque quer. (...) O coronel apenas mudou de título. Hoje ele é médico, advogado, industrial, comerciante, ou até mesmo fazendeiro, mas continua sendo coronel. (...) Eu, por exemplo, considero-me um coronel, porque tenho poder político municipal. Percorro todos os municípios de minha região sempre que há eleições. Conheço todos os candidatos e vereadores e converso com eles. Os homens que fazem isto como eu não têm mais título de coronel da Guarda Nacional, porque ela foi extinta há muito tempo, mas desempenham a função do que se chama comumente de coronel. (José Bonifácio de Andrade em entrevista a *O Estado de S.Paulo*, 16/3/1980).

Estas palavras de conhecido político que se julga um coronel e não vê isso de forma pejorativa nos alerta para uma questão que às vezes ocorre: o descompasso entre concepções historiográficas que consideram o coronelismo encerrado na Primeira Re-

pública, enquanto na consciência dos próprios agentes políticos ele continua em franca atuação.

Pensamos como Edward Shils, que reconhece haver, em países em desenvolvimento, uma distinção fundamental entre sistemas democráticos e sistemas oligárquicos:

Os últimos se caracterizam por um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com uma boa organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiante na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição.¹

O procedimento eleitoral vicioso e corrupto constituiu-se em um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico até os anos 30 e após essa data, sob nova roupagem, vinculado ao poder econômico que define, em grande parte, as eleições.

De uma forma geral, a prática política repousou sempre em uma longa cadeia de compromissos, na qual competia a cada um dos beneficiados deveres e direitos.

Na República Velha, o lugar privilegiado do exercício do poder das oligarquias era a Comissão Diretora dos Partidos Republicanos Estaduais, composta pelos mais influentes chefes políticos, comumente oriundos de troncos familiares tradicionais. A ela cabia escolher a lista dos candidatos às eleições municipais, estaduais e federais e dirimir as diversas contendas entre os membros do partido. Os mais altos cargos dos poderes da República eram exercidos pelos seus integrantes. Para que um jovem se iniciasse na carreira política deveria ser apadrinhado por um político mais antigo que contasse com o apoio da Comissão Diretora, ou dela fizesse parte.

O município ocupava o centro da trama política, pois deveria sufragar nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia. Por esta razão, novas relações de poder estabeleceram-se nos municípios. Os poderosos locais, em geral fazendeiros temidos e respeitados, chamados genericamente de “*coronéis*”, controlavam o

grosso do eleitorado municipal que lhe era totalmente submisso. Disso decorreu o uso de expressões como *voto de cabresto* e *voto de porteira fechada*. Eram eles que asseguravam a eleição dos candidatos aos postos estaduais e, em compensação, os chefes oligarcas reconheciam-lhes a autoridade política sobre os municípios. O coronel nem sempre era um grande fazendeiro, mas sempre era um chefe político que conseguira apoio e prestígio junto aos oligarcas estaduais, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas. Alguns deles integravam a própria Comissão Diretora dos Partidos Republicanos Estaduais.

O coronel mantinha autoridade irrestrita sobre os moradores de suas fazendas, e isto se dava em todo o território nacional. O trabalhador rural, habitante das terras do fazendeiro, entregava ao proprietário quase a totalidade do fruto do seu labor, cabendo-lhe, apenas, o mínimo para a subsistência. Dependente da unidade produtiva, sofria as vicissitudes das oscilações econômico-financeiras da propriedade. A insegurança era uma constante na vida do trabalhador rural. Não existindo nenhuma legislação previdenciária que o amparasse, via-se desarmado para enfrentar o poder do proprietário. Por esta razão, o trabalho nunca foi visto pelo fazendeiro como um direito do lavrador ou do boiadeiro, mas sim como uma concessão de sua própria magnanimidade.

Dependendo das características econômicas de cada região, havia diferenças nas relações de trabalho, mas em todas elas subsistia um único princípio: direitos dos fazendeiros, obrigações dos trabalhadores rurais.

Nas regiões cafeeiras do Oeste paulista introduziram-se novas relações de trabalho mas, assim mesmo, persistiram antigas práticas culturais autoritárias. Tal soma de poderes arbitrários pode levar a pensar, indevidamente, que o *coronel* não tinha a quem prestar contas de seus atos. Nada mais falso. A cada privilégio que desfrutava correspondia uma série de obrigações que devia cumprir e delas prestar contas aos seus dependentes e aliados. O seu prestígio era constantemente posto à prova pois se falhasse

em atender às necessidades de sua clientela, esta podia se deslocar para a área de controle de seu adversário.

Nas pequenas cidades, sem atividade econômica diversificada, não se desenvolveram funções eminentemente urbanas. O fraco comércio, o limitado mercado de consumo, as reduzidas exigências das necessidades do cotidiano, a ausência quase absoluta de produção industrial conferiam-lhes uma fisionomia rural. Eram pontos de encontro entre proprietários e comerciantes, onde lavradores vinham vender ou trocar seus produtos; estas cidades foram reprodutoras das relações agrárias, muito mais do que centros impulsionadores de transformações progressistas. Nelas o poder coronelístico imperava e continua a imperar.

Por todas estas questões, avultava para a vida municipal a importância das boas relações entre o coronel e os chefes políticos estaduais. Através do chefe político é que o município pleiteava e recebia reforços para sua minguada receita. À medida que se desenvolviam as funções urbanas do município e sua importância econômica, conseqüentemente também crescia sua importância eleitoral. O poder coronelístico passava, então, a ser exercido por pessoas que não detinham, necessariamente, a posse da terra.

508

Embora muitos autores observem que os antigos chefes políticos perderam seu prestígio para advogados, jornalistas, médicos, delegados e prefeitos, as pesquisas históricas revelam que não houve uma simples substituição de dirigentes, antes definiu-se uma nova composição de forças, entremeada por novas situações econômicas.

Os profissionais liberais, em geral, faziam parte da parentela ou da clientela do coronel. Falando com desenvoltura, conhecendo os trâmites legais, quase sempre bem informados, traziam eles o coronel para o presente e dele necessitavam, pois os votos lhes advinham dos compromissos passados. Exerciam, pois, sua autoridade, escorados pelos antigos donos da situação e só se rebelavam quando velhos compromissos, entravando acordos políticos, afetavam novos interesses econômicos.

Quando aparecia, na região, um político que nela não possuía raízes familiares, para obter êxito e prestígio tinha que granjear para suas fileiras o grupo de oposição e representar os interesses de novos grupos econômicos.

Um exemplo do que se afirmou encontra-se no romance de Jorge Amado *Gabriela, Cravo e Canela*. A ação principal enfatiza as rivalidades entre o plantador Coronel Ramiro Bastos e o exportador de cacau Mundinho Falcão, um arrivista em Ilhéus. Na verdade, a luta que se travou entre ambos era a luta dos velhos plantadores contra a supremacia dos exportadores. Em nome do progresso, da modernização, da não violência, rapidamente Mundinho galvanizou a sociedade local. Tinha a seu serviço a imprensa de oposição e os grupos rivais do coronel Ramiro. Os eleitores citadinos mostravam sua nítida preferência pela candidatura do exportador a deputado federal. Criavam-se, assim, condições para uma luta renhida entre as facções, apresentando sérios empecilhos para os plantadores:

– Fazer eleição aqui, a bico de pena, já tá meio difícil – constatava o Coronel Melk Tavares.

509

Conseguindo superar todos os obstáculos, com a morte de Ramiro Bastos, Mundinho torna-se o maior chefe político de Ilhéus. Os interesses dos exportadores venceram em toda a linha.

Embora o coronelismo tenha se implantado em todo o país, revestiu-se de características específicas nas diferentes regiões, assim como as oligarquias estaduais.

No estado de São Paulo, onde o café fizera brotar a elite política republicana, a autoridade coronelística e oligárquica foi exercida pelos troncos familiares mais importantes. Os grandes proprietários preferiam residir na capital, onde estavam mais próximos da atividade bancária e exportadora. Muitos diversificaram seus investimentos em diferentes atividades econômicas, introduzindo-se nas práticas capitalistas. Isto fez com que na direção do Partido Republicano Paulista coexistissem diversos grupos oligár-

quicos do interior do estado. As diversas oposições estaduais, em regra, foram absorvidas por nova composição de forças na direção do partido.

O caso do coronel Zacharias Nicolau, imigrante libanês que chefiava a política de Cássia dos Coqueiros é típico das modificações que comportou o coronelismo em São Paulo. Nas regiões de imigração sempre houve profundos ressentimentos entre os “orgulhosos senhores brasileiros” e os imigrantes, o que torna casos como esses dignos de serem mencionados pois a burguesia nascente se compôs com a aristocracia rural, absorvendo seus valores.

Zacharias Nicolau, cujo verdadeiro nome era Al Dehy, chegou ao Brasil por volta de 1910 com 16 anos de idade, indo para a cidade de Mococa. Começou como mascate, até se estabelecer com um grande armazém na vila Cássia dos Coqueiros, do Município de Cajuru. Tornou-se bemquisto no local, travando sólidas amizades com pequenos fazendeiros. Adiantava mercadorias aos colonos, facilitando-lhes as compras por intermédio de vales.

510

Em 1920, já possuía três fazendas na região. Suas atividades se diversificaram; passou a comprar e vender café, logo dedicando-se à exportação. Em política, sempre foi contra o PRP, que dominava Cajuru na pessoa do coronel Palma.

Na década de 20, as oposições ao Partido Republicano já estavam em franco desenvolvimento nos diversos estados, permitindo o crescimento político de imigrantes. O coronel Zacharias pertencia ao Partido Constitucionalista, que congregava a oposição local do PRP no período de 1926 a 1929. Lutou ao lado dos paulistas em 1932, para logo a seguir ser instado a apoiar Getúlio Vargas (Depoimento de Salma Nicolau).

O poder do coronel Zacharias correspondeu às várias mudanças que já se passavam no país e em São Paulo: a ascensão econômica de alguns imigrantes, o fastígio do café, o fortalecimento da oposição partidária e a formação da classe média.

Embora a origem de sua fortuna fosse o comércio e a exportação, o coronel Zacharias, ao adquirir fazendas, legitimou o seu poder junto à sociedade rural.

Não há dúvidas quanto ao fato de que houve coronéis que chegaram a esta posição sem serem fazendeiros. Por outro lado, a maioria acabou por se tornar proprietária de terras. Se o poder coronelístico afirmou-se na relação direta da fraqueza do poder municipal, da mesma forma revitalizou-se com as oposições estaduais nas décadas de 20 e 30.

O coronelismo define-se por uma ascendência política, econômica e social, primeiramente em nível local, podendo ir aumentando sua influência a círculos cada vez mais amplos. Nem todos os coronéis tinham acesso ou participação nas decisões das oligarquias governantes, mas muitos o tiveram.

Os coronéis viviam lutando entre si e, muitas vezes, essas lutas repercutiram no nível estadual e mesmo no federal, como a conhecida *Guerra do Cariri*, no Ceará, sob a liderança de padre Cícero Romão Batista, em 1913 e 1914. Nela se encontra aspectos precursores das ligações sugeridas no título desta mesa: coronelismo, revolução e populismo.

Padre Cícero não se caracterizava pela excentricidade. Comportava-se de acordo com a cultura sertaneja à qual pertencia. Exerceu considerável influência entre os coronéis da importante região economicamente Cariri, onde também era fazendeiro. Estreitamente ligado ao doutor Antonio Pinto Nogueira Acioli, chefe da poderosa oligarquia Acioli, família que governava o Ceará, e ao médico, coronel Floro Bartolomeu da Costa, deputado federal aliado de Pinheiro Machado, enfrentou os governos do Estado e o Federal na época da presidência de Hermes da Fonseca (15/11/1910 a 15/11/1914).

Essa luta nasceu de desinteligências, no âmbito federal, entre o líder gaúcho Pinheiro Machado e grupos hermistas. Pinheiro Machado havia conseguido, com hábeis alianças no Norte e Nordeste, eleger o marechal Hermes da Fonseca contra a candidatura de Rui Barbosa, apoiada por Minas Gerais e São Paulo. Jovens militares viram

nessa eleição a oportunidade de retomar a linha política do florianismo e acabar com a política “café com leite”, exercida pelo domínio dos estados de Minas Gerais e São Paulo, desde a proclamação da República. A palavra do momento era o *salvacionismo*; salvar o Brasil do atraso e do domínio das oligarquias.

Hermes da Fonseca, para impedir a continuação da luta, decretou intervenção federal no Estado do Ceará, depondo Franco Rabelo e nomeando o coronel do Exército Setembrino de Carvalho para exercer a Interventoria. Na verdade esta atitude acabou por se traduzir na vitória do poder local pois, tacitamente, acabava por reconhecer os direitos tradicionais da oligarquia cearense. Floro Bartolomeu retirou suas tropas, Pinheiro Machado retomou o antigo prestígio e com ele os aciolistas novamente voltaram ao poder, mas já enfraquecidos, precisando admitir em suas fileiras membros de outras oligarquias. Entretanto, os dias do senador Pinheiro Machado estavam contados; foi assassinado em 1915 e, como sempre, foi preso o executante mas não foram identificados os mandantes do crime.

O Cariri sempre foi palco de sangrentas lutas entre coronéis. Esta situação de beligerância constante foi manipulada nas revoltas militares dos anos 20, especialmente por ocasião dos deslocamentos da coluna Prestes.

Neste jogo entre passado e futuro emerge a figura de Delmiro Gouveia, cognominado o “coronel dos coronéis”. Foge ele de qualquer definição rígida que se queira imprimir ao poder coronelístico. De espírito empreendedor, pioneiro, tanto no comércio quanto na indústria, é perseguido pela oligarquia Rosa e Silva, internando-se no sertão, perto da Cachoeira de Paulo Afonso. Constrói uma hidrelétrica no São Francisco e passa a fabricar linhas de coser da marca Estrela, empreendimento que não sobrevive ao seu criador (1917) em razão do poderio da firma inglesa Machine Cotton, fabricante das linhas Corrente.

Em torno da sua fábrica surge um tipo de sociedade desconhecido no sertão. Seus empregados tinham “privilégios” não usuais

e residiam em uma vila operária. Delmiro conseguiu grande prestígio econômico-social, atraindo para si o ódio dos coronéis opositores. Contra a oligarquia e os interesses estrangeiros não pôde resistir. Seu assassinato simboliza, entretanto, reações à tentativa de modernização e de industrialização que, necessariamente, introduziriam, a longo prazo, alterações numa sociedade arcaica.

Não é o objetivo deste texto estabelecer uma tipologia social do coronel. Os traços constantes que se encontram no comportamento de coronéis do norte, do sul, de leste e de oeste do Brasil permitem caracterizar plenamente a natureza de seu domínio. As muitas diferenças regionais não pertencem à dimensão estrutural do poder coronelístico, antes representam matizes diversos que o fato assume, de acordo com o tempo e o espaço.

A própria morte de um coronel não extingue o poder coronelístico. Seu prestígio político e social é transferido para outro indivíduo que nem sempre é um membro de sua família. Muitas vezes, um elemento distante de sua parentela, ou, ainda, um político de destaque é reconhecido tanto por outros coronéis como pela própria clientela, por ter maiores condições de liderança e possibilidades de canalizar vantagens para um município. No entanto, a sucessão mais freqüente cabe ao filho do coronel.

A preocupação do coronel em impedir que, com sua morte, se desvança o império de sua influência, faz com que tome medidas práticas para assegurar a sua continuação. Ainda em vida, não raro coronéis apresentam à sua clientela, agregados e parentes, o futuro sucessor. É uma investidura quase solene. Transfere para o novo coronel todos os compromissos firmados no passado, que serão as bases dos compromissos futuros.

Autores insistem no ocaso do coronelismo, talvez por não terem se detido na observação dos seus novos compromissos. Até a Revolução de 30 modificações são registradas nas relações coronelísticas, mas não a ponto de determinar sua extinção. Não há dúvida que Getúlio Vargas se valeu dos coronéis do sertão, dos estancieiros gaúchos e mesmo dos fazendeiros paulistas para

tomar o poder e nele se manter. O mesmo poder-se-ia dizer de todos os governos da República, até hoje.

O coronelismo demonstra, portanto, ter uma estrutura bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos.

Dessa forma o poder local não se enfraquece com a mesma intensidade em todo o país. Ele se mantém, sob nova roupagem, ou se extingue nas áreas de maior concentração urbana, persistindo, nos mesmos moldes, em regiões de economia tradicional. Nesse sentido, a Revolução de 30 apenas representa um momento em que se dá um novo pacto social, no qual as oligarquias não estão ausentes.

O crescimento da classe média e do proletariado urbano expressa-se num aumento considerável de novos eleitores que exigem mudanças mais radicais.

O desenvolvimento da industrialização e o aparecimento histórico do proletariado pressionam o Estado, em busca da conquista de uma legislação trabalhista.

514

A supremacia dos interesses industriais seguida da proliferação partidária, após 1945, criam novos comportamentos políticos e exigem novas acomodações.

Na impossibilidade de controlar, segundo antigas normas, esses novos eleitores, surgem novos partidos, como PTB, PSP, UDN, PRP, PCB. Novas classes ingressam no jogo político, mesmo que a burguesia agroindustrial-financeira dirija o governo de acordo com o desenvolvimento atual do capitalismo.

Nessa nova conjuntura dos grandes centros urbanos, há certos traços de paralelismo entre a figura do coronel e a dos chefes populistas. Ambos utilizam na conquista do eleitorado o empreguismo, o favoritismo, a barganha eleitoral, o compadrio e a violência.

Diversas manifestações da violência coronelística, por exemplo, podem ser encontradas nos noticiários da imprensa, o que demonstra ser bastante discutível falar-se hoje no fim do coronelismo, mesmo num Estado de economia capitalista.

Durante a Primeira República, diversos coronéis chegaram a lugares de proeminência. Muitos apontam Pinheiro Machado, Washington Luís, Epitácio Pessoa, como representantes do prestígio coronelístico. Todavia, é necessário distinguir os diversos papéis que desempenharam. Nas regiões em que iniciaram a sua chefia, onde tinham total controle dos votos, suas relações eram semelhantes às de qualquer grande coronel. Enquanto no desempenho de altas funções públicas, representaram interesses econômicos mais amplos da burguesia agrária e financeira. Em jogo de tal envergadura em que se debatem as classes dominantes – de regiões com desenvolvimento econômico diverso –, ajustando-se às exigências do capitalismo internacional, pouco peso tem nas suas decisões a origem coronelística de seu poder.

Grande parte das interpretações sobre o coronelismo estão viesadas pela idealização do Estado liberal. Nesta perspectiva é inadmissível a sobrevivência do poder pessoal. Por esta razão, o coronelismo foi visto erroneamente como anomalia ou excrescência.

A evolução do Estado liberal não deveria necessitar do poder privado, com todas as suas implicações, para se firmar. Daí as dificuldades em explicar o coronelismo segundo uma ótica idealista.

Alguns analistas incorporam à sua explicação a própria ideologia difundida pelos primeiros republicanos: a República era o único meio de democratizar o Estado. Admitiram um modelo de Estado liberal, que tendia à democratização de todas as suas funções. O coronel significou neste projeto, o irracional e, por isso, é percebido como um fenômeno surpreendente. No entanto, antes de se constituir num entrave, o coronelismo foi peça fundamental numa das etapas da luta da burguesia pela submissão da nação.

Embora o Estado tenha ampliado suas bases econômicas, modificado a composição das classes dirigentes, não atendeu, contudo, às necessidades das classes populares, a ponto de aumentarlhes a participação na vida política e o acesso aos bens econômicos.

NOTA

¹ BOBBIO *Dicionário de política*, p. 836.